

**Tema:** Meio Ambiente, Paisagem e Patrimônio Cultural

1 Ao décimo primeiro dia do mês de novembro de 2022, às 11h00, presencialmente na Sala dos  
2 Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, localizada no Largo São  
3 Francisco, nº 95, Centro, São Paulo – SP, e também por meio da plataforma *YouTube*, foi dada  
4 sequencia na programação do Seminário da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico –  
5 Etapa 2 da Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e  
6 Licenciamento – SMUL, em parceria com o Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU. A **Sra.**  
7 **Patrícia Saran**, Coordenadora do Processo Participativo, cumprimentou cordialmente os  
8 presentes, e apresentou a Sra. Raquel Schenkman, Arquiteta e Urbanista formada na FAUUSP,  
9 mestre e doutoranda pela mesma instituição. Docente do Departamento de Arte da PUC-SP, onde  
10 lecionou no curso de Conservação e Restauro e no curso de Arte: História, Crítica e Curadoria. É  
11 também servidora da Prefeitura de São Paulo, no Departamento do Patrimônio Histórico da  
12 Secretaria Municipal de Cultura, mediadora do Paine 2: Meio Ambiente, Paisagem e Patrimônio  
13 Cultural, a qual abriu os trabalhos convidando para compor a mesa de seminaristas o Sr. Ivan  
14 Carlos Maglio, Pesquisador e Colaborador do Instituto de Estudos Avançados - IEA da USP -  
15 Programa Cidades Globais. Possui graduação em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de  
16 São Carlos da Universidade de São Paulo [1974], especialização pela Tufts University [1993],  
17 mestrado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP [2000] e doutorado em  
18 Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP [2005]. Pós-doutorado pelo IEA USP -  
19 Centro de Síntese - Cidades Globais [2021], em seguida apresentou o Sr. Fabio Mariz, graduado  
20 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo [1986] e doutorado  
21 em Arquitetura e Urbanismo [1999] e livre-docente [2020] pela mesma Universidade. Leciona na  
22 FAUUSP desde 1989, sendo professor em regime integral desde 2009. Tem experiência na área de  
23 Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação, atuando  
24 principalmente nos seguintes temas: projeto de arquitetura, desenho urbano, urbanismo,  
25 paisagem urbana e paisagismo. Também foi Coordenador do Departamento de Planejamento  
26 Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo [2015-2016].  
27 Na sequência, foi apresentado o Sr. Silvio Oksman, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela  
28 Universidade de São Paulo [1998], mestrado e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela  
29 Universidade de São Paulo [2011 e 2017]. Atualmente é docente da Associação Escola da Cidade -  
30 Arquitetura e Urbanismo e do curso de arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.  
31 Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes  
32 temas: Intervenção e Preservação de Patrimônio Cultural no Escritório MetrÓpole Arquitetos  
33 Ltda. A mediadora reforçou que seriam tratados três temas que aparecem no Plano Diretor  
34 Estratégico (PDE) com interface com a agenda climática. Mencionou, como exemplo, os recursos  
35 hídricos sobrepostos pelo viário, caminhos históricos que também estão sobrepostos a eixos de  
36 transformação e que a discussão naquele momento permitiria repensar os modelos de  
37 urbanização da cidade. Considerou que o principal desafio é compatibilizar a agenda de  
38 transformação com a agenda climática. Imediatamente, repassou a palavra para o **Sr. Ivan Carlos**  
39 **Maglio**. Este, primeiramente, agradeceu o convite e parabenizou os organizadores. Iniciou sua  
40 explanação tratando dos aspectos ambientais do PDE. Mencionou que há uma série de questões  
41 vitais do PDE que refletem no Brasil inteiro, uma vez que, desde 2002, os PDE brasileiros  
42 trabalham com uma visão de cidade compacta, mista e descentralizada. A rede hídrico-ambiental  
43 também é um conceito norteador. A rede hídrica da cidade e a vegetação natural existente  
44 funcionam como um elemento estruturador (áreas verdes, parques lineares e caminhos verdes).  
45 Defendeu o adensamento e a verticalização nos eixos de transporte público, no entanto ressaltou

46 que há problemas na maneira como essa ideia vem sendo implementada na capital. Destacou que  
47 os instrumentos de inclusão social como regularização fundiária, ZEIS, PEUC, IPTU Progressivo e  
48 Concessão de moradia são fundamentais. Em relação à análise ambiental do PDE, afirmou que há  
49 muitas lacunas a serem inseridas e aperfeiçoadas no tocante à gestão das águas do lençol freático,  
50 aquíferos, nascentes e conservação das águas urbanas, além de proteção da cobertura vegetal  
51 remanescente. Asseverou que isso gera inúmeros conflitos cotidianos. Quanto à gestão e  
52 implementação de parques e áreas verdes, tratou que esta carece de implementação efetiva. Citou  
53 a existência da proposta de realização de 167 parques que não se sabe como tirar do papel. A  
54 parte ambiental do PDE 2014 precisa ser atualizada e aperfeiçoada para ampliação de resiliência  
55 urbana e a adaptação à mudança climática. Mencionou que é necessário implantar e atualizar a  
56 rede hídrica ambiental presente no PDE 2014 e criada no PDE 2002. Afirmou, igualmente, ser  
57 imperiosa a superação da leitura do PDE em pedaços e defendeu a sua leitura integrada. Por  
58 exemplo, ao implementar um eixo de estruturação urbana em uma área de interesse ambiental,  
59 tratou que isso precisa ser levado em conta, pois dadas tais características, ele deixa de ser um  
60 eixo qualquer. Seguiu dizendo que uma leitura que privilegia o art. 75, que cuida do que são os  
61 eixos de estruturação urbana, e não o relaciona com os inúmeros artigos que falam de meio  
62 ambiente e paisagem, isso prejudica a gestão dada essa leitura parcial. Acrescentou que uma visão  
63 fragmentada (apenas imobiliária do PDE) ignora as dimensões ambientais. Em sua opinião, PIU,  
64 Operações Urbanas Consorciadas, e instrumentos urbanísticos transformadores deveriam ter  
65 estudos de impacto ambiental. Entende que a ideia de que esses instrumentos não causariam  
66 impactos que mereceriam ser medidos é bastante equivocada e que riscos climáticos são  
67 agravados por essa leitura fragmentada. Outrossim, verificou retrocessos em artigos que estariam  
68 em conflito, como por exemplo, o artigo 75, com todos os que tratam de paisagem, meio ambiente,  
69 conservação de áreas fundamentais para a qualidade ambiental da cidade. Mencionou as  
70 consequências severas advindas dos impactos ambientais e de vizinhança em bairros como  
71 Pompéia, Vila Madalena, além de impactos negativos no parque da Água Branca e no entorno das  
72 estações da Vila Mariana, Oscar Freire e Butantã do metrô. Apresentou alguns equívocos na  
73 regulamentação de como prédios tratam do subsolo, do lençol freático. Disse que há casos de  
74 conflitos na área do Butantã, em virtude de problemas no lençol freático. Informou que esses  
75 impactos são decorrentes da forma de implementação automática e sem planejamento dessas  
76 transformações permitidas nas áreas de influência dos eixos. Os eixos teriam sido delimitados  
77 geometricamente sem atentar para a diversidade de diversos territórios, ou de ocorrências  
78 ambientais como nascentes de córregos e rios urbanos, a exemplo do Córrego Saracura (Bela  
79 Vista) e Sapateiro (Vila Mariana). Disse que a transformação é muito mais intensa em bairros  
80 centrais da cidade como Pinheiros e Vila Mariana com lançamentos de mais de 300.000 m<sup>2</sup> de  
81 novas construções, em cada um, entre 2014 e 2018. A Lei de Zoneamento tem uma previsão de  
82 que para adaptar os eixos a proteção ambiental, os eixos poderiam ser revistos, e eles infelizmente  
83 não foram. Manifestou que esses são problemas que estão latentes, independentemente de se  
84 entender que são temas ou não da revisão intermediária, não se pode ignorar a tensão existente.  
85 Entende ser improvável que a revisão do PDE possa dar certo sem enfrentar essas questões.  
86 Reconheceu que um grande ganho do Plano está na previsão da Rede Hídrica Ambiental – como  
87 elemento estruturador da urbanização. Foram propostos 167 parques, no entanto foram  
88 implementados apenas 24 parques lineares entre 2002 e 2014. Criticou a falta de integração  
89 entre as Secretarias acerca do assunto e afirmou que isso se dá em razão do excesso de  
90 centralização desta gestão. Indicou que não há verbas descentralizadas que possam viabilizar a



91 implementação desses parques. Há uma meta para implantação de 8 novos parques em 2022, dos  
92 quais nenhum foi feito. Na velocidade atual, a meta de 167 parques para a cidade seria atingida  
93 apenas em 2040. Propôs a criação de um Capítulo sobre águas no PDE, composto por diretrizes e  
94 normas para proteger as nascentes e córregos (APP Urbanas), pois atualmente as previsões estão  
95 dispersas ao longo da lei. Os objetos de proteção são as nascentes e córregos que precisam ser  
96 demarcados e reconhecidos. Ponderou que os cadernos de Drenagem da Cidade de São Paulo da  
97 SIURB podem ser um bom começo. Comentou que isso seria importante inserir de forma orgânica  
98 na revisão do PDE (57 x12 bacias elaborados). Assim, se forneceria subsídios para planejamento e  
99 gestão do sistema de drenagem. Ademais, tal capítulo poderia prever uma lei específica  
100 detalhando as regras para reconhecer e proteger as águas urbanas. Explicou que no México existe  
101 uma lei de resiliência, na qual há um capítulo inteiro sobre as águas, tratando de sua utilização,  
102 proteção e da manutenção do que existe. Entende que São Paulo tem uma realidade semelhante  
103 de escassez hídrica. Apresentou imagens que demonstram o descarte de água límpida nos meios  
104 fios das ruas, oriundos da má gestão dos lençóis freáticos. Apontou a distribuição desigual das  
105 áreas verdes da cidade, indicando que há Subprefeituras que tem poucas áreas verdes, o que  
106 implica em bairros com vegetação extremamente escassa. Justificou que a articulação do PDE com  
107 o PlanClima de São Paulo é essencial, porque já há no PDE a previsão de uma lei para estabelecer  
108 fator de redução da contrapartida financeira à outorga onerosa para empreendimentos que  
109 adotem tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Entende que essa legislação  
110 necessita ser urgentemente aprovada. O Plano de Estudo de Ação Climática precisa de um estudo  
111 específico de modelagem climática, bem como da elaboração de um índice de vulnerabilidade do  
112 território para ser traçada metas e soluções para as áreas de risco. Manifestou que atualmente  
113 possuímos apenas dados históricos, o que não é nem o mínimo necessário para desenvolvimento  
114 da solução. Reforçou, igualmente, que o PDE não tratou da resiliência das águas urbanas, e isso  
115 precisa ser encaminhado. Igualmente, descreveu a necessidade de revisão da Lei de parcelamento,  
116 Uso e Ocupação do Solo com a inclusão da análise de áreas críticas de risco de escorregamento e  
117 inundáveis. Sugeriu também a ampliação da permeabilidade do solo nos equipamentos e espaços  
118 públicos municipais, além do fortalecimento da governança da Defesa Civil Municipal.  
119 Caminhando para o final de sua apresentação, recomendou a estruturação, implementação e  
120 monitoramento do Sistema de Detecção e Alerta Precoce para Riscos de Defesa Civil (estações  
121 nas áreas mais críticas). Por fim, falou da importância de garantir o provimento do déficit  
122 habitacional para a população de baixa renda que vive no município. Isso, pois muito do déficit está  
123 em áreas de risco e precisa ter atendimento prioritário, sendo imperiosa uma projeção que dê  
124 conta da solução dessa questão. Agradeceu novamente a oportunidade e se colocou à disposição  
125 para o debate. Prontamente, a **Sra. Raquel Schenkman** passou a palavra para o **Sr. Fabio Mariz**.  
126 Este iniciou sua explanação tratando da necessidade da revisão do PDE. Afirmou serem muito  
127 interessantes, as inovações trazidas pelo PDE 2014, mas é necessária uma revisão, a fim de se  
128 verificar o que está e o que não está sendo efetivo. Comentou que a ideia de cidade do Plano  
129 Diretor é atual (cidade compacta, diversa, acessível, onde o transporte público tem prioridade,  
130 etc.). A revisão do PDE provoca debates intensos, pois a cidade é uma arena de disputas. PDE não  
131 é para ser consensual, ele deve revelar conflitos. Por isso o PDE de 2014 previu Conselhos  
132 fortalecidos, para pensar coletivamente a cidade, por conseguinte é fundamental fortalecer  
133 conselhos para promover a manifestação/revelação dos conflitos. O PDE resolveu e trouxe uma  
134 nova forma de financiar a cidade. Argumentou que hoje está sobrando dinheiro, mas está faltando  
135 competência institucional para destinar esses valores para investimentos e o desenvolvimento da

136 cidade. Alegou que as normas do FUNDURB não permitem que seus fundos sejam dispendidos em  
137 qualquer temática, e que elas trazem as diretrizes de uma agenda. Defendeu que os problemas de  
138 São Paulo são muito grandes, mas que alguma gestão teria que começar a resolver, que todos eles  
139 não serão resolvidos em uma gestão. Esse início de solução precisaria ser pactuando, por meio de  
140 ações, viabilizando a possibilidade de tais projetos terem sequencia. Os Conselhos não mudam a  
141 cada gestão, por isso eles precisam ser ouvidos com prioridade, pois garantiriam a continuidade do  
142 atendimento da demanda. Acrescentou que a crise hídrica para São Paulo virá, e por isso teríamos  
143 que investir nos espaços públicos. Falou que quase 30% da área da cidade é espaço público e  
144 precisaria ser arborizado, ampliar a impermeabilidade, cumprindo uma agenda para aprimorar a  
145 cidade nesse espaço livre. Para melhorar ações em espaços livres precisava de atuações  
146 transversais, não pensando secretarias separadas, precisaria construir vínculos e pactos para  
147 articular as políticas. Reconheceu que zoneamento é importante, mas que não poderíamos  
148 esquecer-nos daqueles 30% do território, que se cuida de espaço público, os quais são  
149 fundamentais para resolver questões da cidade. Toda a atenção está na verticalização e  
150 zoneamento, de tal forma que buscou chamar a atenção para necessidade de jogar luz naquilo que  
151 quase nunca entra no debate. Asseverou ser urgente investimento em áreas livres, que são muito  
152 importantes para que a cidade se viabilize. Entende que há um enfraquecimento e certo desânimo  
153 em torno da participação popular, porquanto dá muito trabalho ouvir a população, mas isso é fim e  
154 não só meio de fazer uma cidade melhor. Assim, cumprir-se-ia o objetivo do PDE de qualificar o  
155 debate. Encerrando sua exposição, ponderou que é importante a população “brigar”, pois PDE é  
156 disputa e quanto mais clareza em torno dos conflitos melhor poderemos atingir nossos objetivos.  
157 Em seguida, a **Sra. Raquel Schenkman** convidou o **Sr. Silvio Oksman** a fazer as suas considerações.  
158 Ele iniciou sua palestra tratando do que é o patrimônio urbano. Esclareceu que patrimônio não é  
159 sinônimo de tombamento, ele é identidade cultural de uma sociedade que se quer mais diversa e  
160 mais participante. Explicou que a Constituição traz o conceito de patrimônio cultural brasileiro e  
161 que consoante seu art. 216, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza  
162 material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à  
163 identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais  
164 se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações  
165 científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais  
166 espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor  
167 histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” Ou seja,  
168 concluiu que patrimônio é muito mais que tombamento. Criticou a organização do evento por ter  
169 11 homens brancos debatendo e apenas 3 mulheres. Sugeriu revisão da construção das mesas de  
170 debate. Destacou, ainda, que concorda com a análise dos palestrantes que lhe antecederam em  
171 relação à fragmentação das políticas e da importância dos Conselhos. Afirmou que tanto o  
172 CONPRESP como o CONDEPHAAT foram absolutamente aniquilados. Comentou que hoje há um  
173 grupo de advogados com interesses próprios ou representando interesses nesses conselhos, com  
174 baixo respeito ao corpo técnico - que busca construir uma política de preservação. Tratando  
175 propriamente do PDE, entende que o PDE cuida não da cidade efetivamente existente, mas de um  
176 lugar com muito potencial de novas construções e de transformação. Considerou, contudo, que  
177 não existem incentivos e leis que tratam do patrimônio existente (da vida cotidiana), essas tratam  
178 apenas do patrimônio tombado. Defendeu que o Plano e Lei de Zoneamento não estão em diálogo  
179 com as políticas de proteção do patrimônio cultural. Em relação à fragmentação das políticas,  
180 mencionou que isso é uma realidade no cenário da preservação do patrimônio e ainda ressaltou



181 que houve um completo esvaziamento dos conselhos de proteção. E alertou que isso tem um  
182 reflexo muito ruim para a cidade. Acrescentou que o PDE trabalha basicamente com um único  
183 instrumento que é o coeficiente de aproveitamento, e que para o patrimônio já existente ele não  
184 funciona, porque não se vai construir mais. Alegou que o mercado, sem incentivo, não se direciona  
185 para esse patrimônio já existente. Seriam centenas de edifícios vazios no centro da cidade.  
186 Afirmou ser um enorme prejuízo que esta área esteja em local tão bem infraestruturado, no  
187 entanto não conseguimos acessar estes imóveis. Questionou como forçar a ocupação dessas  
188 edificações, uma vez que elas ajudariam a fazer de São Paulo uma cidade compacta. Afirmou que o  
189 nosso município não é um grande campo que ainda pode ser feito dele o que quisermos. Assim,  
190 manifestou que o PDE não reconhece esse enorme patrimônio já construído que pode já estar  
191 tombado ou não. Levantou a questão da Transferência do Direito de Construir (TDC) que virou um  
192 mercado entre privados, trabalhando com dinheiro público. Alertou que na TDC o agente privado  
193 está vendendo seu direito de construir para outro agente privado e a prefeitura virou mera  
194 expectadora desse processo. Como há dinheiro público envolvido, a municipalidade teria  
195 obrigação de participar desse processo, para orientar a política pública. Mencionou o exemplo do  
196 Parque Augusta, que foi um parque muito caro para a cidade, uma vez que a construtora que  
197 entregou esse terreno para a prefeitura vai passar décadas sem pagar outorga. Ressaltou o  
198 problema da falta de sustentabilidade nas demolições da cidade já existente. Em relação à questão  
199 da paisagem e ambiência, a paisagem não é só a área verde, mas a relação do cidadão com as áreas  
200 em que se habita. Considerou que o Plano Diretor precisa preservar a vida cotidiana da cidade, e o  
201 instrumento para isso não precisa ser sempre o tombamento, porque ele não é o meio  
202 infalivelmente adequado. Entende que está na hora de preservar a cidade construída e sua fruição.  
203 Continuamente, a palavra foi aberta à plateia para que pudesse realizar perguntas e contribuições.  
204 O **Sr. Cleyton Fofão**, da Comunidade Cultural do Quilombaque, Movimento pelo TICP da região  
205 Perus/Jaraguá/Anhanguera, falou das dificuldades da região. Disse que o local é muito carente de  
206 políticas públicas, faltam escolas, mobilidade, hospitais, há quase 500 mil pessoas e não há uma  
207 casa de cultura no território da Subprefeitura (três distritos). Informou que realizou estudo de  
208 desenvolvimento territorial do local, com o Professor Euler. O projeto de Território de Interesse  
209 da Cultura e da Paisagem (TICP) foi aprovado e está inserido no PDE, no artigo 314. Ainda que  
210 aprovado em 2014, esclareceu que não houve avanço nessa pauta. Criticou o poder público pela  
211 falta de iniciativa nesse sentido. Instigou todos a pensarem o desenvolvimento com preservação  
212 de áreas verdes, com educação e cultura. Alertou que o TICP traz essa oportunidade,  
213 desdobrando-se em diversos exercícios de como poderia funcionar e democratizar inclusive os  
214 investimentos, que estão muito concentrados e não chegam à periferia. Defendeu que o TICP é  
215 viável. Disse que fizeram uma experiência com o TICP por meio de uma museologia social, que  
216 apontou onde estão os museus da cidade. Asseverou que o resultado disso foi importante para a  
217 história do Brasil, uma vez que no parque do Jaraguá existe uma luta dos povos originários, que o  
218 Parque Anhanguera é o maior parque municipal de São Paulo e, na parcela que englobam a Serra  
219 da Cantareira, esta compõe diversos patrimônios materiais e imateriais. Concluiu que a Prefeitura  
220 precisa de um olhar mais atento para o que a comunidade já tem feito para reconhecer  
221 democraticamente a construção da cidade, que em última instância, cuida-se de preservação da  
222 vida da população. Por fim, questionou se a revisão do PDE pretende abarcar a visão da cidade  
223 pensada pela própria comunidade, ou se vai apenas dar satisfação à especulação imobiliária. A  
224 próxima inscrita a falar foi a **Sra. Fátima**, da União dos Movimentos de Moradia (UMM),  
225 Conselheira de Habitação. Esta defendeu que o Plano tem que respeitar o que foi pactuado no

226 PDE de 2014 com os movimentos sociais. Disse que mora na divisa com São Bernardo do Campo e  
227 Diadema, no local, uma área que possuía grande cobertura verde foi desmatada para a construção  
228 de 3.000 unidades. Denunciou que estas habitações, que estão em ZEIS, não serão destinadas para  
229 HIS, como previsto no PDE. Manifestou que considera tal situação um grande absurdo.  
230 Acrescentou que muito foi desmatado na frente do Simba Safari e a população de baixa renda não  
231 está sendo atendida. Afirmou que é vergonhoso o tratamento que a população da região recebe da  
232 Subprefeitura, já realizaram inúmeras denúncias e eles dizem que o assunto não é de competência  
233 da Subprefeitura. Encaminham apenas a pessoa para denunciar na Secretaria do Verde, e ignoram  
234 completamente o desmatamento e descaracterização da paisagem. Falou da necessidade de  
235 cultura para a população periférica, que na região existe somente uma Casa de Cultura, sendo que  
236 esta está em local inacessível. Na sequência, a palavra foi concedida ao **Sr. Davi Guarani**, da  
237 Comunidade Guarani/Jaraguá, o qual fez uma provocação ao avanço da cidade. Disse que cada  
238 metro a mais de cidade (concreto) é menos vida para as futuras gerações, ameaçando a vida na  
239 floresta. Ressaltou que acompanha a luta de seus avós e a luta é a mesma. Desde 2014, os indígenas  
240 participaram das audiências públicas e conseguiram incluir algumas de suas demandas, que isso foi  
241 alterado na Câmara e assim, pediu que suas terras tivessem um zoneamento de proteção  
242 (ZEPAM). A Prefeitura não respeitou (em 2020) as áreas de amortecimento, violando legislação  
243 federal, com aprovação de um condomínio que ia desmatar mais de 4 mil árvores. E essa não foi a  
244 única luta travada. No território do Jaraguá existe uma preservação da biodiversidade, a qual os  
245 indígenas estão defendendo arriscando a suas vidas, uma vez que já sofreram tentativas de  
246 homicídio por questionarem a instalação do referido condomínio. Afirmou que vão defender o  
247 território demarcado e não vão permitir violações à Convenção da OIT nº 169. Asseverou que  
248 somos nós que pertencemos à terra, e não à terra que nos pertence. As áreas demarcadas não são  
249 propriedade privada dos indígenas, esclareceu que a terra indígena é de todos, para preservar a  
250 vida/ para nós vivermos. Encerrou dizendo que não iriam permitir que na calada da noite o  
251 executivo ou legislativo aprovelem novos zoneamento que não respeitem os direitos indígenas já  
252 conquistados. Afirmou que os povos originários são raiz e ainda que cortem seus galhos eles vão  
253 renascer e se fortalecer. Por fim, disse que dava sua vida para proteger seu povo, e essa dignidade  
254 de respeitar a vida de todos é fundamental. Alegou que a nova geração está estudando e vão  
255 seguir nesta mesma luta. A floresta é onde vivem os espíritos, por isso disse que o povo Guarani  
256 deveria ser mais respeitado, bem como respeitada a consulta feita a eles. Isso, como respeito ao  
257 direito de toda a sociedade. Argumentou que não medem o valor da terra indígena por preço do  
258 metro quadrado, e nunca iriam permitir que isso acontecesse, pois o seu valor está na quantidade  
259 de vida que esse local possui. Inscrito, **o Sr. Euler**, em seguida, apontou um conflito que existe no  
260 PDE entre a ideia de desenvolvimento econômico e a ideia de ambiente, de cultura e de  
261 patrimônio de fato. Mencionou que esse conflito é concreto como essa situação que foi descrita  
262 pelo participante que o antecedeu. Mencionou que foi feito um estudo que demonstra as  
263 sobreposições de áreas dos eixos de desenvolvimento com áreas de interesse de preservação.  
264 Portanto, esses equívocos precisam ser corrigidos, nas áreas em que há questão ambiental  
265 relevante, assim como nos eixos. Opinou, dizendo ser imperiosa a solução dessa sobreposição,  
266 com o respeito às áreas de preservação. Elogiou a organização do evento, que se esforça para  
267 estar presente nas agendas realizadas pela gestão, mas verificou que estão falando repetidamente  
268 a mesma coisa, sem que haja um retorno concreto dessas consultas e diálogos. Tratou que há uma  
269 separação entre a mesa anterior e a presente, ou seja, as questões são tratadas de forma  
270 fragmentada quando deveriam ser tratadas conjuntamente. Em um determinado momento se



271 tratou do investimento, para em outro momento se discutir cultura e meio ambiente. Em sua  
272 opinião, isso seria muito problemático, entendendo que esse conceito de desenvolvimento  
273 precisava ser revisto, a fim de estar subordinado à vida e a outros valores e princípios. Considerou  
274 que isso seria possível, tal como é possível pensar uma estrutura ambiental urbana para a cidade  
275 de São Paulo. Esta começaria com a integração e reconhecimento do PLANPAVEL, PMMA e  
276 PLANCLIMA, que entende que precisam ser incluídos no PDE. Eles estão em normativas diversas  
277 e precisariam ser incorporados ao PDE nessa revisão como normas cogentes. Asseverou que a  
278 estrutura ambiental urbana tem que ser definidora do processo de planejamento urbano da  
279 cidade. Com relação ao TICP, destacou que ele é uma ideia para a cidade, que ele não vai lidar com  
280 zoneamento e investimento privado, mas ele conecta educação, ambiente, geração de renda e  
281 cultura. Falou que o TICP considera as áreas centrais e periféricas, conectando a cidade e gerando  
282 desenvolvimento e projetos alternativos com preservação da natureza, do patrimônio construído,  
283 que ele não é focado no tombamento e trata da paisagem, sendo o único processo em curso de  
284 chancela de paisagem. Logo, esse trataria a questão do patrimônio e da memória de outra forma, a  
285 partir da paisagem. Assim, sopesou que está havendo uma confusão de ZEPEC, APC e TICP, que  
286 seriam coisas diferentes. Afirmou que o TICP seria outra escala e um instrumento inovador.  
287 Informou que o TICP no Jaraguá estaria sendo implementado pela sociedade civil, com uma  
288 parceria entre as Universidades, Movimentos Sociais, Escolas, a Terra Guarani, todos trabalhando  
289 em torno destas ideias. Manifestou que até existiria uma participação de pessoas da Prefeitura,  
290 mas estas não estariam participando institucionalmente. Disse que há um reconhecimento  
291 internacional do trabalho que vem sendo feito. Entende que isso já está concebido e que precisaria  
292 de mais apoio para ser implementado. Afirmou que a cidade de São Paulo seria privilegiada, possui  
293 duas terras indígenas importantíssimas, e isso é um patrimônio incrível. Questionou como se está  
294 trabalhando essas questões, alegou que há uma locomotiva “Maria Fumaça” operada e recuperada  
295 pela comunidade. Esclareceu que há muito sendo realizado e, inclusive, fez um convite para os  
296 presentes conhecerem a região e as iniciativas. A próxima a realizar as suas considerações foi a  
297 participante **Sra. Stella Alves**, Conselheira do Meio Ambiente, representante do IAB. Ela falou  
298 sobre a diversidade na participação social, que faltam mulheres negras e indígenas representadas.  
299 Observou que é a discussão técnica masculina branca que domina os debates e ela também  
300 domina a gestão. Relembrou, em consonância com o que disse o professor Fabio Mariz, que o PDE  
301 não pode ser consenso, que ele é disputa e por isso os movimentos, os indígenas, precisam ter o  
302 mesmo tempo de fala que os técnicos. Se as Secretarias fossem inundadas por pessoas de outros  
303 grupos, provavelmente o executivo teria outra cara e teríamos outra cidade. Mencionou que as  
304 questões climáticas são muito abrangentes para serem discutidas somente por homens brancos e  
305 técnicos. Lamentou que eles sempre estiveram nesse lugar, mas que no entanto não representam  
306 a complexidade de uma cidade como São Paulo. Ponderou que não daria para falar uma língua só  
307 para atender uma cidade desse tamanho. Em São Paulo há muitas comunidades e muitos grupos  
308 com muita sabedoria. Questionou onde estaria a voz dessas pessoas na elaboração das políticas de  
309 mudanças climáticas? De forma retórica, respondeu que as vozes estão reduzidas a falas muito  
310 mais curtas, de intervenção, que poderiam estar nas mesas dos painéis. Dessa forma, verificou um  
311 desperdício do conhecimento popular no processo de governança da cidade, e considerou que  
312 daqui a dois anos teriam eleições e seria necessário fazer com que quem foi eleito cumpra o que foi  
313 definido democraticamente no presente. Concluiu, dizendo que a sociedade civil está alerta e se  
314 colocou à disposição para quem quiser interagir com o Conselho de Meio Ambiente e com o IAB  
315 (Institutos dos Arquitetos do Brasil). O inscrito seguinte foi o **Sr. Gabriel Marcondes**. Ele reiterou a

316 fala dos demais colegas, dizendo que precisamos sair do centro da cidade e ir para as bordas, para  
317 os bairros. Contou que trabalhou em uma Subprefeitura e participou do começo da discussão do  
318 PDE. Esperava que esse evento trouxesse algo pronto a respeito da revisão e manifestou sua  
319 frustração de não encontrar isso. Escutou muitas propostas, a mesa inclusive criticando  
320 determinados pontos e apontando revisões, mas indicou que não há nenhuma sinalização do que  
321 vai ser acatado ou não. Afirmou que a cultura dos bairros é essencial para o planejamento das  
322 ações do centro inclusive. Defendeu que seria viável a colaboração de diversos setores sociais  
323 para todos pudessem viver melhor. Lembrou que as pessoas querem espaços públicos para se  
324 reunir, que neles deveriam ter praças. Falou que as pessoas querem qualidade de vida e que a  
325 cidade precisaria fornecer isso para os municípios nos bairros. Alertou que seria na periferia que se  
326 concentrariam os problemas de falta de árvores, e seria lá que teríamos que fazer os  
327 investimentos para reverter as ilhas de calor. Ressaltou ser premente o plantio de mais árvores e a  
328 construção de calçadas permeáveis. O próximo inscrito a falar foi o **Sr. André Silva**, do Movimento  
329 de Defesa do Favelado (MDF), do Movimento de Moradia. Ele tratou do Parque da Vila Ema, o qual  
330 o Prefeito somente assinou o Decreto após 12 anos de luta. Informou que primeiramente ia ser um  
331 condomínio e agora finalmente o povo conseguiu transformar em um parque. Advertiu que não foi  
332 a vontade política que fez isso, e sim uma conquista da luta social. Criticou que mesmo no painel de  
333 meio ambiente, ignora-se o que vem sendo feito com a cidade. Por exemplo, à privatização dos  
334 parques. Desde o Anhembi ao Pacaembu, questionou que tipo de cidade se quer produzir com  
335 essas ações. Lembrou a pactuação que foi feita em 2014, que houve uma ampla participação, e que  
336 a despeito dela tentaram ignorar o que foi combinado. Perguntou da avaliação da implementação  
337 do PDE, se ela foi feita qualificadamente. Considerou que o diagnóstico da implementação não  
338 poderia ser apenas meia dúzia de slides, que precisava ser algo mais robusto. E fundamentalmente,  
339 disse que entende que o processo participativo estaria muito penoso, que o CPMU tem sido  
340 sistematicamente ignorado, e atropelado. Afirmou que realizar reuniões em cada uma das  
341 Subprefeituras não seria o suficiente, uma vez que cada uma delas é uma cidade da Europa.  
342 Mencionou que seria uma conquista garantir que realmente a população da cidade aprendesse o  
343 que é o PDE, seus conflitos e tendo realmente voz. Criticou que após a discussão não se vê o fruto  
344 do debate. Atentou que o que é apresentado seria completamente diferente daquilo que foi  
345 discutido. Concluiu que a cidade tem acumulado capital para meia dúzia de pessoas e estaria  
346 havendo a privatização de tudo aquilo pelo qual o povo lutou. Declarou que queria uma cidade  
347 para todos e não apenas para alguns. Em seguida, a **Sra. Aline**, Conselheira do Conselho Municipal  
348 de Trânsito e Transporte, da cadeira de ciclismo, fez o uso da palavra, elogiando os debatedores.  
349 Agradeceu a mesa e o debate que fora muito enriquecedor. Destacou a fala do Profº Fabio sobre  
350 os Conselhos, que de fato o trabalho dos conselheiros não é uma tarefa fácil, e eles não estariam se  
351 sentido ouvidos. Descreveu que na reunião com o Conselho de Mobilidade Trânsito e Transporte  
352 (CMTT) pediram que o Prefeito e Secretário de Trânsito participassem pelo menos uma vez por  
353 ano das reuniões, e ainda não lograram êxito nesta agenda. Reforçou que percebeu que há uma  
354 desvalorização dos Conselhos, uma vez que se sente apenas sendo comunicada das políticas, sem  
355 serem efetivamente consultados dentro do que deveria ser sua função. Em relação ao FUNDURB,  
356 concorda que há muitos recursos que não foram investidos, e que as obras de mobilidade não  
357 estão sendo priorizadas e nem executadas. As estruturas planejadas não estão sendo construídas  
358 e as já existentes não estão sendo requalificadas. Posteriormente, a **Sra. Andrea Tourinho**  
359 perguntou sobre a relação entre as Zonas de Estruturação Urbana (ZEU) e a destruição diária que  
360 está ocorrendo nos bairros. Não falou apenas dos bairros da área central e centro expandido,



361 tratou da Penha, Freguesia do Ó e Ipiranga. Mencionou que o PDE trouxe a proteção ao miolo dos  
362 bairros, mas que não existe nenhum instrumento para isso. O tombamento não seria adequado,  
363 considerou que as ZEU não reconheceriam a cidade construída e assim não respeitariam a  
364 identidade e sociabilidade. Entende que estamos destruindo a cidade e pediu a opinião da mesa  
365 sobre isso. O próximo inscrito a falar foi o **Sr. Fernando Nonou**. Ele iniciou sua intervenção  
366 retomando os inscritos anteriormente, concordando que o metro quadrado de floresta é vida. Que  
367 o preço disso é o preço da vida que tinha lá. Explicou que fala-se muito de construção, de moradias,  
368 e a Cracolândia seria a realidade, e que não enfrentávamos o que existe. Desenvolveu que o que  
369 está sendo feito não resolveria. Afirmou que a cidade real é a cidade que deixa seus projetos  
370 abandonados. Exemplificou que o Rodoanel da Zona Norte está abandonado, virou uma favela, a  
371 qual há crianças dividindo espaço com ratos. Opinou que isso não seria uma cidade justa.  
372 Perguntou: que cidade é essa? Respondeu ele mesmo que as pessoas não tem CEP para receber  
373 suas correspondências. Alertou que estávamos falando de um mínimo de dignidade. Deixou como  
374 sugestão que a cidade precisa de um limite, pois só se pensa em construir e crescer. Realizou  
375 diversos questionamentos: quando a cidade vai ser concluída? Onde chega? Quando a cidade terá  
376 sido concluída para que se possa atender com qualidade todos os seus cidadãos? Sugeriu que o  
377 Plano Diretor determinasse um limite para a cidade de São Paulo, inclusive um limite de  
378 população. Alegou que ao norte tem a Serra da Cantareira, que não daria mais para crescer pra lá.  
379 Recomendou que a cidade tivesse um limite de crescimento. Na sequência, a **Sra. Tainara**  
380 **Monteiro**, estudante, questionou se esta revisão do PDE se preveria algo relativo aos resíduos  
381 sólidos, pressupondo que hoje há parcas políticas públicas sendo executadas nesse sentido.  
382 Comentou que lixões tem prazo de validade e custo de manutenção, perguntando se o PDE daria  
383 uma solução para a questão dos resíduos sólidos nas cidades. Em seguida, a mediadora, **Raquel**  
384 **Schenkman**, retomou a palavra, tratando sobre a grande pressão para flexibilização de normas ao  
385 mesmo tempo em que existe de outra parte da sociedade uma demanda por uma proteção maior.  
386 Expôs que a Prefeitura seria um intermediário dessas discussões, as equipes técnicas das  
387 Secretarias escutam e monitoram a paisagem e fomentam as escutas. Enquanto proteção do  
388 patrimônio cultural, ela considerou que temos uma ideia avançada de patrimônio cultural  
389 ambiental. Desde o final dos anos 70 haveria discussões públicas dessas questões (patrimônio,  
390 meio ambiente e paisagem), porém ainda carecemos de ferramentas de governança. Esclareceu  
391 que os agentes envolvidos precisariam avaliar, por exemplo, porque o TICP não funciona.  
392 Questionou: Seria por que precisamos de uma instância de governança para sua aplicação? E o  
393 Plano de Paisagem? Argumentou que o PDE reconhece sim o patrimônio cultural, em certa  
394 medida, pois aponta instrumentos de proteção ao patrimônio cultural e demonstra vontade de  
395 organizar um sistema de patrimônio cultural no município. Além disso, alegou que o PDE deixa de  
396 forma autônoma a definição do patrimônio. Declarou que hoje o que é tombamento é o que vira  
397 Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC). Desse modo, não se criaria uma ZEPEC se não  
398 houvesse tombamento. Lembrou que no PDE de 2002 era diferente, pois não precisava do  
399 tombamento para ter proteção. Ponderou que quando vira uma ZEPEC, ela ainda não tem  
400 procedimento definido. Arrazoou que atualmente existiria a Zona de Preservação Cultura de  
401 Bens Imóveis Representativos (ZEPEC BIR), Áreas de Proteção Paisagística (APPa) e Áreas de  
402 Proteção Cultural (APC). A BIR é a que teria a transferência do direito de construir, as outras não  
403 teriam instrumentos vinculados previstos. Logo, a discussão da ZEPEC BIR seria o imóvel/ grande  
404 monumento. O nosso patrimônio seria constituído desses imóveis, mas não só disso. Expôs que faz  
405 tempo se discute patrimônio sendo as paisagens e o ambiente urbano do cotidiano. Ressaltou que

406 os instrumentos existem e que precisam ser utilizados para preservar o ambiente urbano, sendo  
407 possível transformar a cidade preservando esses patrimônios. Posteriormente, repassou a palavra  
408 para o **Sr. Ivan Carlos Maglio**, para suas considerações finais. Este destacou que se não houvesse  
409 uma revisão dos Eixos de Estruturação Urbana, essa revisão seria uma falácia. Manifestou que  
410 muitos estariam indicando a revisão desse instrumento como uma questão chave a ser  
411 equacionada. E defendeu que isso deveria ser feito neste momento. Ironizou ao lembrar a  
412 sugestão de que tal correção seria feita na revisão do zoneamento, tratou como sendo absurda,  
413 pois esse diálogo seria para já. Justificou que esse defeito estaria visivelmente colocado no Plano.  
414 Assim, comentou que a revisão dos eixos seria para agora. Falou que os Planos de Bairro são  
415 fundamentais, de serem elaborados de baixo para cima, e precisam de pormenores para sua  
416 realização. Em sua opinião, eles estariam muito soltos, estariam sem recursos e precisariam ter  
417 definidas as suas regras. Colocou que há recursos no FUNDURB que podem ser utilizados para  
418 criação dos Planos de Bairros. Sobre o FUNDURB, disse que Pinheiros realiza 22% dos recursos  
419 do Fundo e isso precisaria ser mais bem distribuído pela cidade. Destarte, aconteceria o que foi  
420 pactuado, o que se queria com esse Fundo. Em suas conclusões, o **Sr. Fabio Mariz** destacou que  
421 restou claro para todos(as) que paisagem seria cultura, meio ambiente, e paisagem seria moradia.  
422 Posto isso, a cidade precisaria qualificar os seus espaços para viabilizar isso. Defendeu que seria  
423 essencial trabalharmos nisso, qualificar as Subprefeituras, ter conselhos ativos nessa discussão e  
424 pactuação em torno desses projetos. Avisou que foi o que se fez ao revisar os Planos Regionais,  
425 foram chamadas todas as Secretarias para perguntar “qual a avenida mais importante?”, “quais  
426 áreas importantes de investir?”, até para testar se o PDE tem realmente os instrumentos aptos  
427 para essa transformação acontecer. Retomou que não está dizendo para não ser discutida a  
428 questão do zoneamento, o problema seria parar e focar sempre no zoneamento, enquanto teriam  
429 inúmeros aspectos de cultura e meio ambiente que não estariam sendo discutidos. Arguiu que do  
430 ponto de vista climático, a cultura e o meio ambiente, neste momento, deveriam ser o centro da  
431 discussão. O **Sr. Silvio Oksman** em suas considerações finais, mencionou a escala de projetos  
432 urbanos que não estaria presente no processo de pensar a cidade. Descreveu que o desenho de  
433 cidade, do espaço público não estaria completo. Quanto ao desenho da cidade, esclareceu que  
434 restaurantes tem desenhado projetos, criticando tal fato, perguntou que cidade será construída  
435 quando seu desenho é projetado a partir do restaurante. Declarou que uma atividade privada não  
436 poderia definir o desenho do espaço urbano. Informou a necessidade de se pensar que uma ZEU  
437 no Ipiranga seria diferente de uma ZEU em Pinheiros, ou no Tatuapé, ou no Grajaú. Disse que as  
438 ZEU precisariam ser qualificadas de acordo com o local em que elas estão. Desenvolveu que Isso  
439 seria uma questão fundamental e isso se fazia na escala do desenho e não só da normativa.  
440 Esclareceu que o PDE já trouxe questões muito importantes e agradeceu novamente o convite. Na  
441 sequência, a Sra. Patrícia Saran agradeceu aos membros da mesa. O Secretário Adjunto, **Sr. José**  
442 **Armênio Brito Cruz**, igualmente, agradeceu a participação dos palestrantes e acrescentou que o  
443 painel realizado atingiu o objetivo da Secretaria de trazer diversas opiniões, dar espaço para  
444 visões distintas, com abordagens plurais. Assim, mencionou que todos foram escutados de forma  
445 conjunta e não segmentada, de tal forma que conselheiros puderam auscultar os pleitos de outros  
446 conselhos e pastas. Alegou-se ao manifestar que todos se ouviram. Esse Seminário, portanto, teria  
447 correspondido às expectativas planejadas, que eram de fazer com que se tivesse uma efetiva  
448 participação. Disse que está buscando convergências para juntar opiniões, acrescentou que não  
449 seria momento para afirmação de disputas. Ressaltou que a Secretaria estaria buscando as  
450 convergências entre os diversos. Esclareceu que o Seminário almejava ouvir os Povos Indígenas,



451 os Movimentos Populares e a Universidade, e que isso se realizou. Justificou, ainda, que as mesas  
452 tinham maiores composições de mulheres, que, no entanto declinaram o convite. Uma vez mais  
453 agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da manhã.